

Empreendedorismo violento.**Ou como o “crime organizado” ajudou a construir o capitalismo na Rússia pós-soviética**

VOLKOV, Vadim. (2002). *Violent entrepreneurs: the use of force in the making of russian capitalism*. Ithaca: Cornell University Press.

O livro não é dos mais recentes. Lá se vão 14 anos desde que foi publicado, em 2002. Tampouco já foi traduzido para o português. Ainda assim, *Violent Entrepreneurs: the use of force in the making of russian capitalism* merece ser apresentado aos leitores brasileiros. Não somente por suas qualidades intrínsecas, como também pelos potenciais - e profícuos - diálogos que pode vir a estabelecer com a sociologia brasileira sobre crime e violência urbana.

Com a queda da União Soviética, iniciou-se a introdução da economia de mercado na Rússia. Todavia, as transformações não foram acompanhadas de outras, de cunho político-institucional, que garantissem um ambiente de expectativas recíprocas e confiança nas relações de troca. Nesse vácuo, proliferaram atores privados que, através do uso e ameaça da violência física, seja ela legal ou ilegal, serão os responsáveis pela regulação do emergente capitalismo.

Violent Entrepreneurs investiga o papel da violência não estatal / paraestatal nesse processo, entre meados da década de 1980 até o começo dos anos 2000. Usa de suas fontes – 26 entrevistas semiestruturadas, complementadas com fontes documentais (notícias, relatórios, etc.) – para questionar como o que conhecemos por “crime organizado” foi, paradoxalmente, o principal responsável por fornecer segurança aos novos capitalistas russos – tanto os grandes quanto os pequenos. Resumida em poucas linhas, eis a tese: os empreendedores violentos estabeleceram os mecanismos de proteção da propriedade privada, solução de conflitos e garantia das obrigações contratuais nos primeiros anos da Rússia pós-soviética. Contudo, tal regulação não decorreu de um projeto de poder. Na verdade, a ordem social que daí emergiu foi o resultado agregado e inesperado das ações de diversos atores em interações conflituosas ao longo do tempo. Algo como um resíduo de múltiplas (re)ações sociais. Assim, quando Vladimir Putin chega ao poder no final dos anos 1990 com o projeto de edificar das ruínas do socialismo real o novo Estado russo, terá de enfrentar quem já estava estabelecido – e legitimado – no desempenho de funções estatais primordiais: o monopólio da violência e proteção das relações de troca.

Seis capítulos estruturam a demonstração. Os dois primeiros revisam a bibliografia, apresentam o método e os principais conceitos: o “empreendedorismo violento” (*violent entrepreneurship*) e, em tradução livre, a “pareceria forçada” (*enforcement partnersership*). Já os quatro seguintes descrevem os personagens. Os capítulos 3 e 4 tratam dos *bandits*: gangues de extorsão formadas por ex-atletas do regime soviético e veteranos da guerra do Afeganistão. Estes ainda fazem parte, junto aos ex-agentes dos principais órgãos de repressão, das agências privadas de segurança, as quais são caracterizadas no capítulo 5. Por fim, no capítulo 6, é a vez do Estado russo. Para Volkov, o Estado é apenas mais um empreendedor violento ao lado dos demais.

Tal “queda do Estado”, poderíamos dizer, deriva da estratégia metodológica. Sob forte influência de Charles Tilly (1985), principalmente de seus trabalhos sobre a formação dos Estados europeus, ela começa com o pressuposto de que o sentido da ação social precede logicamente sua tipificação em legal/ilegal. O que interessa primordialmente é o que se faz, e não como se classifica. Destarte, não será o “crime organizado” o objeto do livro. *Violent entrepreneurs* se debruça sobre a violência organizada, sem se importar com a legalidade de quem a pratica. Por meio desse expediente cognitivo é que Volkov consegue equalizar uma pluralidade de atores, legais e ilegais, todos engajados na mesma atividade: venda de proteção. Contudo, em modalidades, posições e com estratégias diferentes. Se as gangues dos *bandits* atuam mediante extorsão, o Estado age por tributação, enquanto as agências de proteção privada usam de contratos formais.

Além de Tilly, outras influências marcantes são os trabalhos de Diego Gambetta (1996)

sobre a máfia siciliana e os de Frederico Varese (2001) sobre a máfia russa. Contudo, Volkov discorda da premissa desses autores na medida em que haveria igualdade no mercado da proteção: um espaço sujeito às leis da oferta e da procura, em que compradores e vendedores estariam no mesmo nível. Para ele, essa perspectiva subestima o poder que uns têm de impor escolhas sobre os outros. Em suma, ela não aprecia o conteúdo político que contamina as interações econômicas.

É para dar conta dessa sinergia entre o político e o econômico, transitando pelas fronteiras do legal e ilegal, que emerge o “empreendedorismo violento”: a arte de converter violência em renda econômica. Mas não qualquer violência, e sim a violência socialmente organizada, aquela capaz de produzir atos de eficácia elocutória: sem recorrer à agressividade, apenas

mediante a fala, o empreendedor violento consegue o quer. Mas tal força só é possível porque atrás dela está toda a estrutura e reputação do grupo que a sustenta; algo construído ao longo do tempo mediante demonstrações explícitas de força, disputas vencidas contra os concorrentes e sucessos na resolução de conflitos.

Se o empreendedorismo violento começa como uma modalidade de extorsão, logo o seu sentido se modifica, conforme a disseminação desse modo de agir. Quando surgem outros grupos capazes de disputar o controle de um ou mais comerciantes, o que era extorsão vira segurança. De venda de proteção contra si mesmo, um empreendedor violento passa a vender proteção contra outros grupos, os quais podem ser piores do que ele para o empresário. Aos poucos, todos os agentes econômicos passam a ter os seus respectivos “tetos”, ou seja, seus respectivos “protetores”. Nesse cenário, sem poder se expandir através da coerção de novos comerciantes, o grupo de extorsão que deseje manter a sua renda a longo prazo não pode extrair demais de suas fontes, sob o risco de inviabilizar a atividade econômica. Por conseguinte, o aumento do ganho extorsionário só será possível concomitantemente ao aumento do lucro do comerciante. Da mera proteção à propriedade privada, o empreendedor violento agora passa a cobrar dívidas para os seus protegidos, resolver conflitos, angariar informações sobre os concorrentes, fornecer empréstimos, além de descobrir novas oportunidades de negócio. E daí, inesperadamente, toma forma um ambiente mais favorável aos negócios. É quando tal aliança, ainda que forçada, começa a aparecer, que o empreendedorismo violento se transforma em “parceria forçada” (*enforcement partnership*). O que era uma relação de poder vira dominação, uma vez que se estabelece reciprocidade de sentido entre quem extorpe e o extorquido.

Após a apresentação dos principais conceitos nos três primeiros capítulos, no quarto Volkov analisa a carreira de três gangues de extorsão (*bandits*), das quais é possível retirar um modelo geral de evolução do empreendedorismo violento: 1) proliferação indistinta dos empreendedores violentos, o que gera disputas pelo privilégio de extorsão; 2) os vencedores do conflito tornam-se hegemônicos, a reputação de cada grupo se estabelece e eles adquirem eficácia elocutória; as relações se tornam mais pacíficas e o empreendedorismo violento começa a se transformar em parceria forçada; 3) os empreendedores violentos passam a controlar as decisões de seus protegidos e começam a legalizar suas atividades; ganham mais visibilidade na opinião pública, e, por causa disto, buscam se distanciar do passado de crimes; 4) avançada a transição para a legalidade, há o que o autor chama

de “desintegração vertical”: os postos mais altos das gangues de extorsão, responsáveis pela coordenação das atividades, não necessitam mais do baixo escalão, meros executores das táticas de coerção. Estes se tornam obsoletos e são logo dispensados. Acabam migrando para outras atividades criminosas, como o tráfico de drogas, prostituição e contrabando.

Dos três tipos de empreendedores violentos – gangues de extorsão, agências de segurança privada e Estado – o primeiro é o protagonista. Analisados em suas minúcias, são dos *bandits* que proveem os principais conceitos e modelos apresentados anteriormente. Já as agências de segurança privada ocupam papel apenas descritivo. No quinto capítulo, Volkov as compara com as gangues de extorsão, com o intuito de discriminar as semelhanças e particularidades de cada tipo de empreendedorismo violento.

Basicamente, há duas variedades de agências de segurança privada: Private Security Service (PSS) e Private Protection Company (PPC). A primeira consiste num departamento de segurança criado dentro de grandes companhias e instituições financeiras, enquanto a segunda é autônoma. Ou seja, ela atua como fornecedora de serviços para múltiplas empresas, sem ser subordinada a nenhuma em particular. Ambas as variedades são regidas por relações contratuais com seus clientes. Entretanto, apesar do estatuto legal, muitas delas acabam se envolvendo em práticas ilegais, pois no cotidiano de suas atividades têm de lidar com outros empreendedores violentos, notadamente as gangues de extorsão. Entre os *bandits* e as agências de segurança privada, ocorre uma divisão do mercado de proteção: aqueles ficam com os pequenos e médios comerciantes e elas levam as grandes empresas e bancos.

Concomitantemente às agências de segurança privada, o quinto capítulo também trata do desmantelamento dos órgãos de vigilância e controle social do Estado Soviético. Havia nos tempos da Guerra Fria, segundo Volkov, quatro ministérios cujo controle era prioritário para qualquer líder que quisesse se impor dentro (e fora) do Partido Comunista. Conhecidos como “Ministérios de Poder” (*Power Ministries*), eram eles o Ministério de Assuntos Internos (MVD), o Ministério de Assuntos Estrangeiros, o Ministério da Defesa e a KGB. Em conjunto, eles compreendiam as principais instituições de repressão e proteção do antigo regime. Sem eles, qualquer projeto de governo era inviável. Quando Boris Yeltsin assume o poder em 1991, não consegue controlá-los. Adota então a estratégia do dividir para conquistar. Desmembra-os, reduz drasticamente o número de seus funcionários e redefine suas respectivas esferas de atuação, contudo,

sem estabelecer limites claros entre eles, de tal maneira que a função de um se atravancava e terminava por entrar em confronto com a de outro.

O próprio governo, portanto, é quem enfraquece os principais órgãos de coerção e vigilância do Estado. Perde, por conseguinte, a capacidade de garantir a adequação às regras quando elas ameaçam se romper – algo vital num período de vertiginosa mudança social como o foram os primeiros anos da Rússia pós-soviética. Some-se a isso a ineficiência adjudicatória da justiça russa na solução de litígios comerciais com aparelho fiscal que não se coadunava com a nova economia política – e que, em alguns casos, chegava a taxar mais de 90% da renda dos pequenos comerciantes – e o resultado é que o Estado não só perde sua hegemonia de empreendedor violento como também sua legitimidade. Na suposição de que os comerciantes russos fossem livres para escolher entre a proteção do Estado ou das gangues de extorsão, como bons agentes racionais, prefeririam os criminosos, que lhes cobravam uma taxa menor dos seus rendimentos e eram mais eficientes.

Diante dessa constatação, Volkov se põe a seguinte pergunta: como o antigo Estado Soviético, tão forte em seus aparelhos de coerção, se enfraqueceu ao ponto de perder espaço para uma pluralidade de outros atores? Para responder a ela, o autor estabelece no sexto capítulo a distinção analítica entre a “dimensão substantiva” e a “dimensão estrutural” do Estado. A primeira compreende as instituições per se, as partes que compõem o todo. A segunda, por sua vez, é como essas partes se coordenam de modo a garantir o desempenho de uma violência organizada capaz de sobrepujar os empreendedores violentos não estatais e/ou paraestatais. Somente assim é que o Estado seria capaz de realizar sua atividade primordial de traçar fronteiras: distinguir o legal do ilegal, instituir regras e garantir que elas sejam respeitadas.

Eis, portanto, a resposta para o problema. Nos primeiros anos da Rússia pós-soviética, as instituições do Estado tinham força, mas elas eram estruturalmente fracas. Em outras palavras, elas eram fortes individualmente, mas não tinham entrosamento umas com as outras. Logo, foram incapazes de formular novas fronteiras, normas e definições do real, muito menos fazer com que elas fossem respeitadas no período de rápida mudança social dos anos 1990.

Se a estratégia metodológica do autor começa por suprimir as distinções entre legal x ilegal em prol do sentido da ação social, conforme afirmado anteriormente, ele as retoma no último capítulo. Na página 169, resume em figura uma tipologia dos tipos de proteção e seus respectivos empreendedores violentos. Ela é composta de dois eixos: *illegal x legal*,

pública x privado. Na posição *ilegal + privado*, está a violência organizada das gangues de extorsão (*bandits*). No *legal + privado*, temos as agências de segurança particular. Por sua vez, na posição *legal + público*, está o Estado. Em último, temos a combinação *público + ilegal*. Tratada em passant ao longo do livro, ela é um tipo de proteção informal que tem lugar quando agentes do Estado usam da delegação de capacidade coercitiva que possuem para seus ganhos privados.

Fora seus méritos próprios, o livro de Volkov merece ser lido pelos possíveis e profícuos diálogos que pode vir a estabelecer com a sociologia brasileira. Em um plano geral, a sociologia do autor é herdeira de Charles Tilly, um autor que só agora começa a penetrar na academia brasileira. Contudo, voltada quase que exclusivamente para o estudo dos movimentos sociais e, em menor grau, das desigualdades sociais. Em um plano mais específico – da sociologia do crime e da violência no Brasil – o conceito de empreendedorismo violento guarda grandes semelhanças com o de mercadorias políticas, de Michel Misse (2014). Em que pesem as particularidades de cada um, ambos tratam do mesmo fenômeno: a conversão da violência em valor-de-troca econômico, mecanismo essencial na (re) produção da ordem em mercados ilegais. Ambos ainda se complementam na medida em que o principal caso empírico de mercadoria política é a extorsão policial – tipo de empreendedorismo violento que Volkov aponta, mas não desenvolve. A ideia russa encontra ainda um outro interlocutor na sociabilidade violenta de Machado da Silva (2004), no que tange ao papel que a violência desempenha na regulação da sociabilidade. Destarte, a obra pode ajudar no aprofundamento dos conceitos brasileiros por meio da comparação entre os casos e síntese dos pressupostos que orientam tanto a produção nacional quanto a russa. Também não deixa de contribuir para uma melhor compreensão da sociologia do conflito tillyana, dada sua aplicação a um objeto que não lhe é comum – o “crime organizado”. Apesar do tempo e da distância, é por essas razões que *Violent Entrepreneurs: the use of force in the making of russian capitalism* merece a atenção da academia brasileira.

David Maciel de Mello Neto*

* David Maciel de Melo Neto é Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia (PPGSA) / UFRJ e Doutorando na mesma instituição. É pesquisador associado ao Núcleo de Estudos em Conflito, Cidadania e Violência Urbana / IFCS / UFRJ. E-mail: davidmaciel2206@gmail.com .

Referências

GAMBETTA, Diego.

(1996). *The Sicilian Mafia: the business of private protection*. Cambridge, Harvard University Press.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio.

(2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Revista Sociedade e Estado*, v.12, n.1, p. 53-54.

MISSE, Michel.

(2014). Mercadorias Políticas. In: Renato Sérgio de Lima; José Luiz Ratton; Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (Orgs.); *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto.

TILLY, Charles.

(1985). War making and state making as organized crime. In: Peter Evans; Dietrich Rueschemeyer; Theda Skocpol (Orgs.); *Bringing the State back in*. Cambridge, Cambridge University Press.

VARESE, Federico.

(2001). *The Russian Mafia: private protection in a new Market economy*. New York, Oxford University Press.

VOLKOV, Vadim

(2002). *Violent entrepreneurs: the use of force in the making of russian capitalism*. Ithaca, Cornell University Press.

Recebida em

fevereiro de 2016

Aprovado em

março de 2017